

# O GUARANI ENTRE FRONTEIRAS: MULHERES, LÍNGUA E RESISTÊNCIA CULTURAL

GUARANI ACROSS BORDERS: WOMEN, LANGUAGE, AND CULTURAL RESISTANCE

**Nádia Nelziza Lovera de Florentino**

Doutora em Letras pelas UNESP (Assis/SP)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1004042571828204>

Email: [nadia.florentino@uenp.edu.br](mailto:nadia.florentino@uenp.edu.br)

**Resumo:** Este artigo analisa a permanência da língua guarani no Paraguai, com ênfase no protagonismo das mulheres indígenas como principais responsáveis pela transmissão e preservação do idioma. A pesquisa parte da compreensão de que a continuidade do guarani resulta de práticas cotidianas de resistência cultural, especialmente em contextos de colonização, repressão institucional e marginalização social. Por meio de revisão bibliográfica e documental, investiga-se a presença histórica dos Guarani no território sul-americano e as transformações linguísticas ocorridas ao longo dos séculos. Destaca-se o papel central das mulheres na socialização linguística e na continuidade da oralidade como forma de resistência e afirmação identitária. Ao centrar a análise nas dimensões linguísticas, culturais e de gênero, o estudo propõe compreender o guarani como patrimônio vivo, articulador de território, espiritualidade e pertencimento coletivo.

**Palavras-chave:** Guarani. Mulheres. Resistência.

**Abstract:** This article analyzes the persistence of the Guarani language in Paraguay, with an emphasis on the role of Indigenous women as the main agents responsible for the transmission and preservation of the language. The research is based on the understanding that the continuity of Guarani stems from everyday practices of cultural resistance, especially in contexts of colonization, institutional repression, and social marginalization. Through bibliographic and documentary review, the study investigates the historical presence of the Guarani people in South American territory and the linguistic transformations that have occurred over the centuries. It highlights the central role of women in linguistic socialization and in maintaining orality as a form of resistance and identity affirmation. By focusing the analysis on linguistic, cultural, and gender dimensions, the study proposes an understanding of Guarani as a living heritage that connects territory, spirituality, and collective belonging.

**Keywords:** Guarani. Women. Resistance

## Introdução

A presença da língua e da cultura guarani no território paraguaio está profundamente entrelaçada a uma história de resistência diante de sucessivas formas de violência: colonização, deslocamentos forçados, políticas de assimilação e marginalização institucional. Desde os primeiros contatos com os europeus, o povo guarani enfrentou tentativas de apagamento linguístico e cultural, mas sua língua não apenas sobreviveu — ela floresceu, sendo falada hoje por mais de 80% da população paraguaia. Essa realidade é o resultado de processos históricos complexos, atravessados por dinâmicas de poder, mestiçagem, imposições estatais e, sobretudo, por resistências cotidianas.

Entre os principais sujeitos dessa resistência, destacam-se as mulheres guaranis. Guardiãs da oralidade, da memória e dos vínculos espirituais com a terra, elas desempenharam — e continuam a desempenhar — um papel central na preservação do idioma. Mesmo diante da colonização, da repressão nas escolas, da marginalização do guarani nos espaços públicos e da imposição do espanhol como língua de prestígio, foram as mulheres que garantiram a transmissão intergeracional da língua nas casas, nas rezas, nas canções e nas práticas do dia a dia. A permanência do guarani como idioma vivo e estruturante da identidade nacional paraguaia não pode ser compreendida sem reconhecer essa atuação silenciosa, porém decisiva, das mulheres indígenas.

Neste artigo, propõe-se analisar a trajetória da língua guarani no Paraguai, com ênfase no papel histórico, cultural e político das mulheres na sua preservação e transmissão. Parte-se da compreensão de que a vitalidade atual do guarani está diretamente relacionada à ação de sujeitos coletivos que, mesmo diante das violências e contradições impostas pelo colonialismo e pelo Estado, encontraram meios de manter viva a palavra ancestral. A língua, nesses termos, é mais do que um código comunicativo — é também território, memória e resistência coletiva, profundamente marcada por experiências de gênero.

A metodologia adotada baseia-se em revisão bibliográfica e documental, com atenção a autores que se debruçam sobre a história, a cultura e as línguas Guarani. A estrutura do trabalho está organizada em dois eixos centrais. A primeira parte, apresenta a ocupação milenar dos Guarani, sua mobilidade territorial e a relação entre espiritualidade, território e língua, incluindo os impactos da colonização, da mestiçagem e das transformações políticas. A segunda parte, por sua vez, analisa como as mulheres indígenas foram e continuam sendo fundamentais na transmissão do idioma e da cultura, mesmo em contextos de marginalização e repressão.

Ao valorizar a dimensão de gênero na análise da permanência do guarani, o estudo propõe deslocar o olhar das estruturas estatais e das políticas oficiais para os espaços cotidianos de resistência — aqueles sustentados pelas vozes femininas que, geração após geração, mantêm viva a língua como forma de existir e de sonhar outro futuro possível.

## A Presença Guarani na América do Sul: Mobilidade, Território e Resistência Linguística

Os Guarani figuram entre os povos originários com maior presença territorial na América do Sul, com raízes que atravessam as fronteiras atuais do Paraguai, Brasil, Argentina e Bolívia. Pesquisas arqueológicas recentes revelam que o que se convencionou chamar de “unidade arqueológica Guarani” corresponde à cultura material e aos modos de vida de grupos horticultores e coletores que se expandiram da região sul da Amazônia até o sudeste do continente, chegando ao estuário do Rio da Prata. Trata-se de uma migração de mais de 2.500 km, considerada por pesquisadores como uma das mais notáveis já registradas entre sociedades pré-industriais (Loponte et al., 2025, p. 1).

A expansão Guarani seguiu uma dinâmica migratória complexa, com diferentes fases no tempo e no espaço. Estima-se que o processo tenha começado por volta do ano 500 da Era Comum, na alta bacia do rio Paraná, nas proximidades da atual trílice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Conforme destacam Loponte et al. (2025), o registro arqueológico Guarani coincide com

as regiões habitadas por grupos que passaram a ser identificados pelos colonizadores espanhóis com o exônimo “Guarani”, e cuja língua aparece amplamente documentada nas primeiras fontes históricas. A localização dos assentamentos, geralmente à beira de rios, e o uso sistemático de canoas foram fatores decisivos para a mobilidade e a manutenção de laços entre diferentes comunidades. Ainda segundo os autores, a navegação fluvial possibilitou tanto a ocupação de novos territórios quanto a articulação de redes sociais, políticas e econômicas entre aldeias separadas por grandes distâncias.

Complementando essa perspectiva, Bonomo et al. (2015, p. 56) reforçam que a presença dos Guarani nas regiões sul-americanas foi profundamente moldada por sua relação com os grandes cursos d’água que atravessam o sul do continente, como os rios Pilcomayo, Bermejo, Paraguai, Paraná, Uruguai e o estuário do Rio da Prata. Esses rios não apenas facilitaram a ocupação territorial, como também atuaram como vetores de uma intensa circulação de saberes, bens e pessoas, promovendo uma conectividade duradoura entre diferentes grupos etnolinguísticos. A mobilidade Guarani, nesse sentido, deve ser compreendida como muito mais do que um simples deslocamento físico, como uma dinâmica relacional e cultural profundamente enraizada em uma lógica de fluidez — tanto geográfica quanto simbólica. O uso sistemático das vias fluviais e das canoas, por exemplo, permitiu aos Guarani não só explorar novos territórios, mas também manter laços sociais, políticos e econômicos com comunidades distantes, preservando uma coesão cultural mesmo em contextos de dispersão espacial (Loponte et al., 2025; Bonomo et al., 2015).

A continuidade cultural dos Guarani se manifesta na forma como seus deslocamentos territoriais se estruturaram historicamente. Frequentemente, esses movimentos envolviam a divisão de um grupo: enquanto uma parte permanecia no território original, outra se deslocava em busca de novas terras. Essa estratégia não levava à fragmentação, mas à manutenção de uma rede social e espiritual que conectava diferentes comunidades ao longo de um amplo território. Como afirma Melia (2016, p. 9), mesmo com as especificidades locais e a separação por fronteiras nacionais, “Os Guarani seguem vivendo onde sempre têm vivido, apesar das inumeráveis pressões, ameaças e mortes”.

Entre os principais fatores que impulsionaram essas migrações está a busca pela *yvy marã e’ỹ* — a “terra-sem-mal” —, conceito central na cosmovisão Guarani. Trata-se de um ideal não apenas geográfico, mas também ético e espiritual, associado à plenitude da vida em harmonia com a natureza e à ausência de sofrimento. Segundo o *Caderno Mapa Guarani Continental* (Melia, 2016, p. 10), os Guarani abandonam territórios considerados “maléficos”, onde há escassez de recursos naturais, degradação ambiental e ameaças à subsistência. Ele destaca que “uma terra esgotada para a agricultura, uma paisagem desértica, um campo sem árvores” ou ainda as grandes plantações de soja, cana-de-açúcar e pinus, assim como o avanço da pecuária, são vistos como sinais de um mundo em desequilíbrio e, portanto, de um “mal”.

Esse mal, no entanto, não se restringe à natureza degradada. Ele se expressa também nas doenças, na fome, nos conflitos internos e, sobretudo, na violência estrutural imposta pelos projetos de colonização e desenvolvimento. “A invasão e destruição de sua terra, a ameaça contra seu modo de ser [...] e o desprezo que vieram com a chegada de ‘outros’” são, para os Guarani, experiências centrais de sofrimento coletivo (Melia, 2016, p. 10). Nesse sentido, a mobilidade assume um papel político: ela é resistência diante da expulsão e também uma tentativa de restaurar a ordem cósmica violada.

Diante disso, a mobilidade Guarani deve ser compreendida não como sinal de instabilidade, mas como expressão de um modo de vida relacional e adaptativo, profundamente conectado às paisagens que percorre e às cosmologias que orientam suas decisões. Em um contexto de violência colonial e ambiental persistente, esse deslocamento se torna também uma forma de resistência e afirmação de identidade.

Essa coesão é evidenciada na forma como os processos migratórios Guarani se deram historicamente. Em muitos casos, a migração ocorria quando um grupo se dissociava da comunidade de origem e se estabelecia em novas terras, enquanto outra parte permanecia no território anterior. Essa dinâmica, longe de fragmentar a identidade do povo, reforçava sua continuidade cultural, pois os vínculos entre comunidades eram mantidos apesar das distâncias e das fronteiras nacionais impostas posteriormente. As especificidades de cada território ocupado não impediam

a comunicação nem o sentimento de pertencimento, de um mesmo modo de ser Guarani (Melia, 2016).

De acordo com o texto *Guarani Continental: povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai* dentre os principais motivos que impulsionaram essas migrações, destaca-se a busca pela *yvy marã e'ỹ* — a “terra-sem-mal” —, um ideal cosmológico profundamente enraizado na espiritualidade Guarani. Esse deslocamento era motivado não apenas pela necessidade de terras férteis, mas também pela rejeição a espaços degradados e ameaçados. Para os Guarani, um lugar sem árvores, esgotado para a agricultura, transformado por monoculturas ou pela criação extensiva de gado representa um mal. Além das questões ambientais, outros fatores considerados “males” incluem doenças, fome, desentendimentos internos e conflitos sociais. No entanto, talvez o maior dos males enfrentados por esse povo tenha sido — e continue sendo — a invasão e destruição de seus territórios por forças externas. A chegada de colonos, fazendeiros, sojicultores, usineiros e petroleiros representa não apenas a perda de suas terras, mas também uma ameaça existencial ao seu modo de vida, marcado por uma relação harmônica com a natureza.

Essa violência territorial é intensificada pelo avanço de diferentes frentes econômicas, desde pequenos agricultores até grandes latifundiários, todos inseridos em sistemas culturais e econômicos incompatíveis com os princípios e a organização social Guarani. A pressão sobre os territórios tradicionais, aliada à discriminação e ao desprezo pelas formas de vida indígenas, revela a persistência de uma colonialidade estrutural que os Guarani resistem enfrentando, entre outros meios, por meio de sua mobilidade histórica e de sua forte coesão cultural (Melia, 2016).

Essa concepção de mobilidade como resistência ganha ainda mais densidade quando observamos a configuração atual dos povos Guarani no continente. Apesar das rupturas históricas provocadas pela colonização e pela consolidação dos Estados nacionais, os Guarani seguem ocupando vastas regiões da América do Sul, reafirmando seu pertencimento a um território ancestral que, embora fragmentado por fronteiras políticas e cercas de propriedade privada, continua a ser reconhecido por eles como uma totalidade vivida e espiritual.

Segundo dados compilados pelo Caderno Mapa do Guarani Continental: povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai (2016), a população Guarani hoje ultrapassa 280 mil pessoas, distribuídas em mais de 1.400 comunidades, aldeias, bairros urbanos e núcleos familiares, estendendo-se desde o litoral Atlântico até os contrafortes da cordilheira dos Andes. Essa presença se dá majoritariamente no Brasil, onde vivem cerca de 85 mil Guarani, seguido pela Bolívia (83 mil), Paraguai (62 mil) e Argentina (aproximadamente 55 mil). Ainda que dispersos geograficamente, esses povos mantêm entre si fortes vínculos de comunicação, parentesco e cooperação política, reafirmando uma identidade coletiva como Nação Guarani.

A diversidade interna também é considerável: o povo Guarani se organiza em diferentes subgrupos linguísticos e socioculturais, como os Mbya, Avá-Guarani - também chamados de Ñandeva, Chiripá ou simplesmente Guarani, a depender do país), Paĩ-Tavyterã (conhecidos no Brasil como Kaiowá), Aché, Tapieté (ou Guarani-Ñandeva), entre outros. Essa variedade reflete trajetórias históricas distintas e modos próprios de se relacionar com o território, com a espiritualidade e com os desafios impostos pelas dinâmicas estatais e econômicas contemporâneas. Alguns desses subgrupos são transfronteiriços, enquanto outros vivem exclusivamente em um único país — como os Aché, presentes apenas no Paraguai, ou os Guarasug'we, Mbía/Yuki, Sirionó e Gwarayú, localizados apenas na Bolívia.

Apesar de permanecerem, em grande parte, nos mesmos territórios ocupados antes da colonização, os Guarani hoje enfrentam limites impostos por cercamentos, projetos de desenvolvimento e legislações estatais que restringem sua autonomia. Pequenas variações nos limites ao norte e ao sul do seu território tradicional ocorreram, mas o maior impacto foi a imposição de fronteiras nacionais e de regimes de propriedade que desconsideram a lógica de uso coletivo da terra que orienta o modo de vida Guarani. Ainda assim, a noção de território continua central para esses povos, que seguem articulando estratégias para reafirmar seus direitos e garantir a continuidade de suas práticas culturais e espirituais, inclusive por meio da mobilidade, da resistência comunitária e da articulação política transnacional.

A língua guarani constitui um dos elementos centrais da resistência e da continuidade

histórica dos povos Guarani na América do Sul. Vinculada de forma indissociável à cosmovisão, às práticas rituais, às formas de organização social e à relação espiritual com a terra, a língua representa não apenas um instrumento de comunicação, mas um pilar identitário que une comunidades separadas por fronteiras nacionais e experiências distintas de colonização. Após séculos de fragmentação territorial e imposição de modelos sociopolíticos alheios às suas lógicas ancestrais, os Guarani continuam a afirmar sua presença continental por meio da mobilidade, da territorialidade e da manutenção linguística. Nesse contexto, compreender o estatuto jurídico e sociolinguístico do guarani nos países em que esses povos estão presentes é fundamental para avaliar as possibilidades e os limites da autodeterminação indígena na América do Sul.

O guarani se constitui hoje como uma das poucas línguas indígenas do continente que conquistou reconhecimento constitucional em diferentes países. Essa conquista, no entanto, assume formas diversas conforme o contexto nacional, refletindo os embates entre os movimentos indígenas, as políticas linguísticas estatais e as estruturas institucionais de cada país. Historicamente, o guarani foi amplamente falado em regiões que hoje integram os territórios do Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia e Uruguai, mantendo vitalidade mesmo diante dos intensos processos de colonização e assimilação forçada. No cenário contemporâneo, as formas de reconhecimento jurídico e os graus de vitalidade variam de modo significativo, revelando tanto avanços quanto contradições nas políticas de valorização das línguas originárias.

No Brasil, em seu artigo 231, a Constituição Federal de 1988 reconhece o direito dos povos indígenas às suas línguas e culturas, sem estabelecer no entanto qualquer língua indígena como oficial em âmbito nacional. No país, o guarani é falado por diversos subgrupos — como os Mbya, Kaiowá e Nandeva — principalmente nas regiões Sul e Centro-Oeste, mas sua promoção depende de políticas locais e de iniciativas pontuais. Embora existam experiências de cooficialização, como no município de Tacuru (MS), e avanços simbólicos, como a tradução da Constituição Federal para o nheengatu, ainda prevalece uma política linguística marcada pelo monolinguismo e pela falta de políticas públicas estruturadas que promovam efetivamente as línguas indígenas no sistema educacional e na administração pública.

Na Argentina, a reforma constitucional de 1994 trouxe alguns avanços no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, passando a considerar de forma explícita, a preexistência étnica e cultural dos povos indígenas em relação ao Estado nacional, o que consta no artigo 75, inciso 17. No entanto, o guarani é oficializado apenas em nível provincial — como na província de Corrientes, que lhe concedeu esse status em 2004 — e permanece ausente das instâncias federais. A presença da língua guarani nos sistemas educacionais e nos serviços públicos ainda é limitada, refletindo a fragilidade das políticas linguísticas nacionais e a dificuldade de concretização dos direitos reconhecidos em termos constitucionais.

A Bolívia, por sua vez, adotou um modelo de reconhecimento linguístico mais abrangente. A Constituição de 2009 reconhece 36 línguas indígenas como oficiais do Estado, incluindo o guarani, ao lado do espanhol. A legislação boliviana determina que a administração pública opere obrigatoriamente em ao menos duas línguas: o castelhano e a língua indígena predominante na região. Com isso, o guarani assume um papel ativo nas políticas educacionais, nos serviços estatais e na gestão pública, promovendo não apenas a revitalização da língua, mas também sua inserção institucional em contextos indígenas e interculturais.

É no Paraguai, contudo, que o guarani alcança um grau particular de institucionalização. O artigo 140 da Constituição de 1992 estabelece o espanhol e o guarani como línguas oficiais do país, consagrando juridicamente um bilinguismo que já estava enraizado nas práticas cotidianas da população. A *Ley de Lenguas* sancionada em 2010 fortalece essa cooficialidade ao obrigar o uso do guarani em todos os âmbitos da administração pública, garantindo o direito de acesso à informação estatal nas duas línguas. Trata-se de um caso singular na história mundial em que uma língua originária não apenas sobreviveu ao processo colonial, mas foi apropriada por grande parte da população não indígena e transformada em elemento estruturante da identidade nacional. A presença do guarani no espaço público paraguaio é resultado de um longo percurso histórico, marcado tanto por resistências indígenas quanto por articulações socioculturais específicas que permitiram sua permanência e valorização.

A análise comparativa das legislações nacionais revela, portanto, que o guarani ocupa posições assimétricas no campo jurídico e institucional sul-americano. Enquanto Paraguai e Bolívia incorporam a língua a seus projetos de Estado de maneira mais robusta, Brasil e Argentina mantêm reconhecimentos parciais ou regionais, sem políticas nacionais efetivas de promoção e uso. Esses contrastes evidenciam não apenas a força de determinados movimentos indígenas e de setores da sociedade civil, mas também os limites impostos por estruturas estatais que, muitas vezes, ainda operam sob lógicas coloniais. Nesse contexto, a vitalidade do guarani não pode ser compreendida isoladamente do território, da espiritualidade e das formas de organização sociopolítica dos povos que o falam. A língua permanece como um dos pilares centrais da resistência Guarani e expressão viva de sua cosmovisão.

No caso do Paraguai, em especial, cabe aprofundar a análise sobre os fatores que permitiram ao guarani não apenas sobreviver, mas se consolidar como língua nacional. No próximo tópico serão discutidas as dimensões sociais, culturais e de gênero atuaram na construção de um imaginário coletivo que legitimou o guarani como símbolo identitário e articulador do projeto de nação paraguaio.

### **A Resistência no Cotidiano: O Papel das Mulheres na Preservação da Língua Guarani**

A consolidação do guarani como símbolo identitário e articulador do projeto de nação paraguaio é resultado de um processo histórico atravessado por dimensões sociais, culturais e, sobretudo, de gênero. Desde o período colonial, o idioma guarani esteve intrinsecamente ligado à experiência cotidiana dos povos indígenas, especialmente por meio da tradição oral cultivada pelas mulheres.

A centralidade da língua guarani na conformação do imaginário nacional paraguaio pode ser compreendida a partir da observação de Efraim Cardozo (2009), que afirma:

Su gran patrimonio cultural era la lengua, de la que estaban orgullosos [...]. Fue el francés de la antigüedad americana, la 'lengua general', mediante la cual se entendían todas las tribus cuyos dialectos eran intraducibles entre sí, y el principal instrumento de penetración de conquistadores y misioneros en el heterogéneo y complicado mundo étnico americano.

Essa analogia entre o guarani e o francês evidencia o estatuto privilegiado da língua no contexto sul-americano pré-colonial. O guarani não apenas unificava povos de distintos dialetos, mas também operava como meio de contato interétnico, o que explica sua força de permanência ao longo da colonização. A afirmação de Cardozo traz à tona uma contradição fundamental: ao mesmo tempo em que constituía um símbolo de coesão cultural e identidade para os povos originários, o guarani foi apropriado como ferramenta de penetração pelos colonizadores. Essa ambivalência marcou toda a trajetória do idioma, que oscilou entre ser veículo de resistência e instrumento de dominação.

É nesse cenário que se inscrevem as dimensões sociais, culturais e de gênero como fatores centrais na consolidação do guarani como símbolo identitário paraguaio. Dentre esses fatores, destaca-se o papel fundamental das mulheres guaranis, responsáveis pela transmissão intergeracional da língua e da cultura. A mestiçagem, fruto da união entre homens espanhóis e mulheres indígenas, não apenas moldou a estrutura social colonial, como também definiu os caminhos pelos quais o guarani foi preservado, transformado e legitimado como língua nacional.

Para compreender plenamente essa permanência e a resiliência do guarani, é necessário olhar para sua importância anterior ao contato colonial. A valorização da língua pelos povos originários evidencia que o guarani não surgiu como identidade nacional apenas no período pós-independência, mas já ocupava um lugar central na estrutura simbólica e social das comunidades indígenas. Maria de los Angeles Mateo del Pino (1993), ao refletir sobre a mitologia guarani, enfatiza que o idioma era mais do que um instrumento funcional: era o próprio núcleo da cultura. Para a autora, "la cultura primitiva que habitaba la región Oriental del Paraguay era la lengua guaraní. El

legado más vivo de los antepasados autóctonos es, sin duda, el idioma. Su gran patrimonio cultural era la lengua” (Mateo del Pino, 1993, p. 45).

Essa afirmação reforça a ideia de que o guarani foi o principal veículo de continuidade histórica entre as gerações, operando como elo entre passado, presente e futuro das comunidades originárias. Ao contrário da visão colonizadora que frequentemente associava a ausência de escrita à falta de sofisticação cultural, Mateo del Pino argumenta que a ausência de uma tradição escrita não impediu o florescimento de uma rica produção simbólica e literária entre os guaranis. A tradição oral era o meio privilegiado para preservar e transmitir o conhecimento, a memória e a poética do povo: “a pesar de que esta comunidad desconocía la escritura, esto no supone carencia de literatura, puesto que la tradición oral era suficiente para transmitir la memoria colectiva del pueblo, alimentando la índole poética de los guaraníes” (Mateo del Pino, 1993, p. 45).

Além de sua força simbólica e cultural, o guarani também se destacava pela abrangência e eficácia como meio de comunicação interétnica. Bartomeu Meliá (1997, p. 18) observa que, antes da colonização, havia uma notável unidade linguística entre os diversos grupos indígenas da região, o que facilitava o intercâmbio cultural e social. Apesar das variações dialetais, todos os grupos guaranis partilhavam essencialmente a mesma língua. Essa uniformidade linguística permitiu que o guarani funcionasse como uma lingua franca, papel que posteriormente seria reconhecido até pelos colonizadores, que se viam obrigados a aprender o idioma para interagir com as comunidades locais. Muitos viajantes europeus, inclusive, chegaram a adquirir domínio do guarani após longas estadias forçadas em aldeias — por naufrágios ou conflitos —, o que tornou os primeiros contatos coloniais mais viáveis.

Nesse sentido, a permanência do guarani como patrimônio cultural não se deve apenas a políticas institucionais ou esforços isolados, mas à profundidade de sua ancoragem na vida cotidiana, na organização simbólica e no imaginário coletivo dos povos guaranis. Sua resiliência como língua viva — mesmo diante de séculos de colonização, perseguições e marginalização — é prova de sua força histórica. Como enfatiza Meliá, a difusão da língua entre indígenas e não indígenas ao longo do tempo deve-se, entre outros fatores, ao papel estratégico que ela desempenhou tanto nas relações internas entre os povos nativos quanto no processo de adaptação forçada às novas estruturas coloniais impostas.

A valorização do guarani enquanto centro simbólico das culturas originárias e sua permanência como herança viva na sociedade paraguaia ganham novas camadas de sentido quando observadas no contexto do contato colonial. Se, antes da chegada dos europeus, o idioma já operava como elemento integrador e expressão da identidade guarani, o processo de colonização intensificou e reconfigurou esse papel, mediado por relações de poder, conflito e negociação.

A entrada dos europeus no território paraguaio ocorreu inicialmente com o explorador Alejo García, em 1525, seguida por outras tentativas, como a de Sebastian Gaboto. No entanto, foi a expedição de Pedro de Mendoza que obteve sucesso mais duradouro. Como afirma Mérida (1973), “la primera expedición que penetró con relativo éxito en territorio de la cuenca del Plata fue la del adelantado don Pedro de Mendoza, en la que se perseguía, además de establecer en aquella región una cabeza de puente con el Alto Perú, ganarle la mano a los portugueses en la conquista de aquellas tierras y procurar que el Tratado de Tordesillas fuese respetado” (p. 4).

A partir desse contato, o encontro entre espanhóis e guaranis foi permeado por ambiguidades e disputas de sentido. Meliá (1997) interpreta esse momento como um verdadeiro “campo de tradução”, em que ambos os grupos reinterpretavam e reconfiguravam as ações e os discursos uns dos outros conforme seus próprios referenciais:

“la entrada de esos nuevos karái y la aventura semántica de esta denominación muestra hasta qué punto dos sociedades en contacto llegan a encontrarse en un campo de traducción posible en el que cada uno se dice a su modo, ideologiza lo que entiende o piensa entender del otro y eventualmente procura

sacar provecho de esa traducción. Que la traducción se vuelva traición es también una posibilidad” (Meliá, 1997, p. 7).

Esse “campo de tradução”, marcado por assimetrias e mediações ideológicas, deu origem a múltiplas formas de negociação linguística e cultural, que incluíram tanto o aprendizado do guarani pelos colonizadores quanto a incorporação do espanhol em algumas práticas indígenas. Tais trocas geraram efeitos duradouros sobre a identidade linguística da população, assim como sobre a construção de um imaginário coletivo paraguaio.

Entretanto, diferentemente de outras colônias espanholas, como o Peru ou o México, a exploração do Paraguai não se deu de forma intensiva, devido à ausência de metais preciosos. Isso reduziu o interesse estratégico da Coroa espanhola, o que resultou em menor presença direta e maior convivência entre colonos e indígenas. Para Mérida (1973, p. 5-6), essa convivência entre culturas e povos distintos levou a profundas reconfigurações sociais, afetando até mesmo a ideia de família:

la familia, por ejemplo, tanto la indígena como la española, adquirió un significado muy diferente al que tenía en ambos grupos solamente unos años antes [...] el diverso comportamiento sexual e incluso religioso, al intercambiarse, traería nuevos módulos en la sociedad hispano-indígena paraguaya tanto en la ideología como en la conducta.

As transformações culturais, políticas e econômicas do período, portanto, impactaram diretamente também o campo linguístico. As línguas faladas — o guarani e o espanhol — se entrelaçaram e foram afetadas por esse processo. Segundo Mateo del Pino (1993), a imposição do domínio espanhol e a disseminação dos modos de vida e dos saberes europeus provocaram uma profunda ruptura na organização sociocultural dos povos indígenas. Uma nova estrutura — de base colonial e europeia — passou a se sobrepor às formas tradicionais de organização social, política, econômica e cultural anteriormente existentes, modificando radicalmente a vida dos habitantes originários da região.

Assim como em outras regiões das Américas colonizadas, a mulher guarani foi historicamente tratada como objeto de dominação sexual e simbólica pelos colonizadores europeus. Seu corpo tornou-se, simultaneamente, espaço de conquista e instrumento de poder, sendo utilizado para estabelecer vínculos forçados de parentesco, como mecanismo de inserção e controle sobre as comunidades indígenas. O estupro, a escravidão e o genocídio sistemático dos povos originários não foram eventos isolados, mas práticas estruturantes do processo colonizador, que visavam à aniquilação cultural e à apropriação territorial. A mestiçagem, longe de ser um fenômeno espontâneo ou pacífico, constituiu-se como ferramenta estratégica de dominação, legitimando a presença colonial e diluindo a resistência indígena por meio da manipulação das relações interpessoais.

Nesse contexto, a mulher indígena, especialmente a guarani, foi central no processo de construção da sociedade colonial paraguaia. A relação entre o colonizador europeu e a mulher nativa não apenas gerou descendência mestiça, mas também resultou na formação de uma nova estrutura social, híbrida e marcada por profundas desigualdades. Segundo Mateo del Pino (1993, p. 46), a fusão entre a cultura guarani e a hispânica deu origem a um verdadeiro “amálgama” que moldou a identidade paraguaia:

La amalgama de la cultura guaraní y la hispana se debió a la fusión del hombre español y la mujer indígena, generalmente, guaraní. Los indígenas aportaron la tierra y sus imensos recursos, algunos valores de su agricultura, sus conocimientos botánicos y, muy especialmente, su idioma. El legado más vivo y característico de los antepasados autóctonos es, sin duda, el idioma; nada tan identificado con la idiosincrasia, con la autenticidad nacional, con la peculiaridad del ser paraguayo.

Essa citação evidencia que, apesar das assimetrias nas relações coloniais, a cultura guarani — em especial seu idioma — sobreviveu e tornou-se pilar da identidade nacional. Isso só foi

possível graças à atuação das mulheres indígenas, que, mesmo submetidas a formas de exploração e violência, desempenharam papel ativo na preservação de seu legado cultural.

Como aponta Meliá (1997), a inserção das mulheres indígenas na dinâmica colonial não se deu apenas por meio da imposição, mas também pela função que lhes foi atribuída nas redes de sociabilidade e reprodução cultural. As uniões entre espanhóis e mulheres guaranis, muitas vezes configuradas sob a lógica do “cuñadazgo” — isto é, alianças fictícias de parentesco ou casamento com fins estratégicos —, escondiam relações profundamente desiguais e marcadas pela instrumentalização dessas mulheres como objetos de troca, submissão e aliança.

Contudo, mesmo dentro dessas relações assimétricas, as mulheres guaranis atuaram como agentes fundamentais na transmissão dos saberes ancestrais. Foram elas, como mães, avós e cuidadoras, que asseguraram a continuidade do idioma guarani e das práticas culturais no cotidiano das comunidades. A oralidade, elemento central da tradição guarani, foi preservada no espaço doméstico graças ao papel social dessas mulheres, que, ao educarem seus filhos na língua nativa, asseguraram sua sobrevivência ainda que fosse frente à hegemonia do castelhano.

Josefina Plá (1970) identifica fatores estruturais específicos que contribuíram para a configuração da sociedade colonial paraguaia e, em particular, para o processo intenso de mestiçagem entre espanhóis e indígenas. Segundo a autora, a escassez de metais preciosos no território paraguaio fez com que a economia local se fundamentasse na agropecuária, ao contrário de outras regiões da América espanhola onde a mineração predominava. Além disso, a ausência quase completa de mulheres brancas nas primeiras décadas de colonização foi determinante para que os espanhóis estabelecessem vínculos matrimoniais ou extraconjugais com mulheres indígenas, especialmente guaranis. A necessidade de sobrevivência, a adaptação ao novo ambiente e o isolamento geográfico da região — que reduzia o contato com centros coloniais maiores — reforçaram esse padrão de união.

Esse contexto levou à formação de uma estrutura familiar marcada pela poligamia, que, embora distinta da poligamia tradicional, tornou-se uma prática recorrente entre os colonizadores. Plá relata que já no início da colonização, durante o período mais agudo de ausência de mulheres espanholas (1537-1555), a prática de manter várias companheiras indígenas sob o mesmo teto se consolidou como uma instituição socialmente aceita. O próprio governador Domingo Martínez de Irala foi um dos primeiros a registrar formalmente tal prática em seu testamento, o que demonstra a relevância dessa configuração familiar para a sociedade da época. Essas mulheres indígenas, ao entrarem nas casas dos colonos, eram catequizadas, recebiam alguma proteção e passavam a trabalhar tanto nas atividades domésticas quanto nas hortas e lavouras — funções que já exerciam em suas próprias culturas, onde o trabalho feminino era fundamental na produção agrícola, no artesanato e na cerâmica de uso cotidiano.

A predominância demográfica das mulheres indígenas e a escassez de espanhóis também explicam o rápido crescimento da população mestiça. Já em meados do século XVI, os chamados “mancebos da terra” — filhos de espanhóis com mulheres guaranis — superavam numericamente os espanhóis criollos. Esses mestiços foram, com o tempo, reconhecidos oficialmente pela Coroa espanhola, que lhes concedeu os mesmos direitos legais dos espanhóis, devido à sua importância estratégica para a defesa e manutenção da colônia, que se encontrava isolada e vulnerável. A concessão desse status demonstrava o pragmatismo da administração colonial diante da realidade local, marcada pela escassez de europeus e pela necessidade de mão de obra e lealdade para sustentar a ocupação territorial.

Plá também destaca que esses mancebos, apesar de reconhecidos juridicamente como iguais aos espanhóis, foram profundamente marcados pela cultura indígena materna. Durante a infância, fase decisiva na formação da identidade, os filhos das uniões entre espanhóis e mulheres guaranis eram criados integralmente pelas mães indígenas. Os pais espanhóis geralmente só passavam a se interessar pelos filhos quando estes atingiam uma idade em que já podiam ser moldados como herdeiros ou representantes de sua linhagem. No entanto, até esse momento, a criança já havia sido formada dentro do universo simbólico, linguístico e afetivo da mãe guarani.

Ainda que catequizadas, as mulheres indígenas mantinham modos de pensar, de se expressar e de compreender o mundo profundamente enraizados em sua cosmovisão ancestral. Esse legado era transmitido aos filhos, não apenas por meio da linguagem verbal, mas também

através de gestos, silêncios, práticas cotidianas e das relações mantidas com os demais membros da comunidade indígena. Dessa forma, o mancebo da terra desenvolvia uma identificação íntima e visceral com a cultura indígena e com o território, percebendo o pai espanhol como figura distante, autoritária e, por vezes, alheia ao mundo que ele realmente compreendia.

Essa dissociação simbólica entre o pai e o filho, entre a autoridade colonial e a vivência cotidiana, criava um fosso entre o universo europeu e a realidade local. Embora o espanhol dominasse técnicas e armas, seu desconhecimento das “chaves terrenas” — ou seja, dos saberes e segredos do território — o tornava um estranho em sua própria terra. Já o mestiço, formado desde o berço na cultura guarani, tornava-se o verdadeiro intérprete e herdeiro da terra e de sua ancestralidade.

Nesse cenário, o idioma guarani desempenhou um importante papel. A convivência cotidiana com a mãe e com os irmãos no ambiente doméstico, bem como as atividades rotineiras, as crenças e os rituais compartilhados, eram vividos majoritariamente em guarani. Isso garantiu não apenas a sobrevivência do idioma, mas sua integração plena à identidade cultural paraguaia. A língua tornou-se o fio condutor entre o passado indígena e o presente mestiço, um traço de continuidade que resistiu ao processo de colonização e apagamento cultural.

Com a chegada dos jesuítas ao território paraguaio e a criação dos chamados redutos missionários, a língua guarani adquiriu novo status. Diferentemente de outras experiências coloniais nas Américas, os padres da Companhia de Jesus não apenas incentivaram o uso da língua indígena, como também impuseram o seu uso exclusivo nos territórios sob sua administração. Esse esforço teve como base a convicção de que a evangelização seria mais eficaz se feita diretamente no idioma nativo, o que levou os missionários a estudarem profundamente a língua e a produzirem registros sistemáticos sobre ela. Em suas interações com os indígenas, os jesuítas utilizavam exclusivamente o guarani, isolando-o assim da influência de outras línguas e fortalecendo sua presença nas regiões missioneiras (Plá, 1970).

Foi nesse contexto que surgiu a primeira gramática da língua guarani, intitulada *Arte, vocabulario, tesoro y catecismo de la lengua guaraní*, publicada em 1640 pelo padre Antonio Ruiz de Montoya. A obra teve grande relevância tanto para a fixação gramatical da língua quanto para sua preservação, marcando um momento singular em que uma língua ameríndia foi formalmente estruturada e reconhecida no processo de colonização.

No entanto, com a expulsão dos jesuítas do território colonial no século XVIII, os redutos foram desfeitos e a estrutura organizacional que havia protegido e promovido o guarani foi desmantelada. Isso ocasionou uma profunda transformação nas esferas econômica, política e cultural da sociedade paraguaia. Segundo Josefina Plá (1970), esse período pós-jesuítico assistiu ao surgimento de uma elite com perfil intelectual definido e orientada por ideais iluministas. Essa geração, responsável pela independência do Paraguai em 1811, era composta majoritariamente por espanhóis e criollos influenciados tanto pelo pensamento europeu quanto pela tradição comunera. Como aponta a autora:

La desaparición de la competencia jesuítica aparejó un repunte económico que tuvo su paralelo en las comunicaciones culturales; apareció entonces la primera élite de contornos intelectuales definidos. La generación que promovió y llevó a cabo la independencia — en su mayoría una generación pos jesuítica — fue un grupo básicamente compuesto de españoles y criollos de impregnación enciclopedista imbricada en la tradición comunera; su actuación prometía una intensificación del ritmo españolizante, y sus primeras medidas de gobierno son significativas al respecto.” (Plá, 1970, p. 16).

A ascensão dessa elite e a busca por modernização contribuíram para o fortalecimento do espanhol como língua oficial e de prestígio. A independência, portanto, embora representasse um marco político, não transformou de forma imediata ou radical o quadro linguístico do Paraguai. Conforme argumenta Meliá (2011), mudanças políticas, mesmo as mais profundas, não têm o poder de alterar de forma instantânea o uso linguístico de uma sociedade. O autor afirma que o 14 de maio de 1811 — data da independência — teve pouco impacto na prática linguística cotidiana

da população paraguaia, pois as línguas faladas antes da independência continuaram a ser usadas no dia seguinte, demonstrando que a mudança linguística é um processo social de longo prazo, geralmente condicionado por políticas linguísticas bem definidas.

Com a retirada dos jesuítas e a conseqüente desestruturação das reduções, o guarani, embora continuasse a ser amplamente falado pela população, passou a perder espaço no registro escrito. Meliá (2011) destaca que, durante o período jesuítico, especialmente entre os séculos XVII e XVIII, houve uma intensa produção literária em guarani. Entretanto, de forma paradoxal, essa documentação praticamente desapareceu após a independência de 1811, mesmo que o idioma tenha permanecido como o principal meio de comunicação popular. Isso revela uma desconexão entre a vitalidade oral do guarani e sua ausência no campo letrado.

A partir de 1842, o governo de Carlos Antonio López promoveu uma política de modernização nacional que envolvia o fortalecimento da língua espanhola. O dirigente aboliu os últimos resquícios de regimes indígenas e ordenou a hispanização dos sobrenomes indígenas, evidenciando um projeto de apagamento das marcas culturais originárias. Ao mesmo tempo, promoveu a imigração de técnicos, arquitetos e professores europeus e iniciou um ambicioso plano de alfabetização, contribuindo para a difusão da língua espanhola entre as classes urbanas e a elite emergente.

Sob o governo de seu filho, Francisco Solano López, e com a influência da figura cosmopolita de Madame Lynch, o Paraguai alcançou um novo patamar de desenvolvimento intelectual, político e econômico. A elite passou a adotar um estilo de vida cada vez mais alinhado aos padrões europeus, o que acentuou ainda mais o afastamento do guarani das esferas de prestígio e representação pública (Plá, 1970).

Entretanto, a Guerra da Tríplice Aliança (1864–1870) alteraria drasticamente esse cenário. Com a dizimação de grande parte da população masculina, restaram majoritariamente mulheres e crianças no país. Essa nova composição social remeteu, em certa medida, à estrutura vivida nos primeiros tempos coloniais, em que a mulher indígena — ou mestiça — era a principal responsável pela educação e transmissão cultural. Plá (1970, p. 18) observa que:

El renovado predominio femenino de la población tuvo sin duda su reflejo en la cultura que surgió de esas ruinas. Por mucho tiempo las nuevas generaciones rurales estuvieron entregadas a la casi total tutela y guía maternas, reproduciendo en cierta medida las ya olvidadas circunstancias de los primeros tiempos coloniales. El idioma guaraní apoyó sin duda en ello una de sus etapas de predominio aunque naturalmente también empobrecido por su desvinculación creciente con las formas más primitivas de la existencia tribal [...].

A partir desse contexto, o guarani reafirmou seu lugar como idioma do cotidiano, da maternidade e da vida rural. Apesar de sofrer um certo empobrecimento devido ao afastamento das práticas tribais originárias, o idioma sobreviveu graças à centralidade das mulheres na transmissão intergeracional da cultura. Essa continuidade, paradoxalmente, foi fortalecida por uma das maiores tragédias da história paraguaia.

A predominância feminina que se estabeleceu no Paraguai após a devastação demográfica causada pela Guerra da Tríplice Aliança — quando a maioria da população sobrevivente passou a ser composta por mulheres e crianças — teve profundas conseqüências para a manutenção e fortalecimento do idioma guarani. Conforme já apontado por Josefina Plá (1970), esse cenário recriou, em muitos aspectos, as condições vividas nos primórdios da colonização, quando a mulher guarani era a principal responsável pela socialização das crianças e pela transmissão da cultura e da língua. No contexto pós-guerra, as mães passaram novamente a desempenhar papel central na formação das novas gerações, especialmente nas áreas rurais, onde o estilo de vida mantinha-se próximo ao das comunidades tradicionais. A autora observa que esse novo predomínio feminino contribuiu para que o guarani vivesse um de seus momentos de maior difusão, mesmo que essa língua já não estivesse diretamente vinculada às formas mais ancestrais da vida tribal:

El renovado predominio femenino de la población tuvo sin duda su reflejo en la cultura que surgió de esas ruinas. Por mucho

tiempo las nuevas generaciones rurales estuvieron entregadas a la casi total tutela y guía maternas, reproduciendo en cierta medida las ya olvidadas circunstancias de los primeros tiempos coloniales. El idioma guaraní apoyó sin duda en ello una de sus etapas de predominio aunque naturalmente también empobrecido por su desvinculación creciente con las formas más primitivas de la existencia tribal [...] (Plá, 1970, p. 18).

Nesse processo, o guarani consolidou-se como língua do cotidiano, da vida familiar e comunitária, especialmente nas zonas rurais, mesmo que o espanhol continuasse a ser a língua oficial do Estado. Esse bilinguismo informal refletia a divisão entre os espaços sociais: enquanto o espanhol predominava nas instituições, na escrita e na elite urbana, o guarani era o idioma das relações afetivas, da oralidade e da identidade popular. Assim, a centralidade das mulheres como guardiãs da língua foi essencial para sua sobrevivência e fortalecimento em meio à marginalização oficial.

Contudo, ao longo do século XX, especialmente durante os períodos de instabilidade política e conflitos armados — como a Guerra Civil Paraguaia e, posteriormente, a Guerra do Chaco (1932–1935) contra a Bolívia —, a situação linguística e cultural do país passou por novas tensões. Mesmo com os avanços culturais e certa estabilidade econômica nas décadas seguintes à Guerra do Chaco, o Paraguai voltou a experimentar um processo de centralização autoritária a partir de 1954, com a ascensão de Alfredo Stroessner ao poder. Seu governo ditatorial, que perdurou por mais de trinta anos, foi marcado por políticas repressivas que afetaram diretamente a diversidade cultural e linguística do país (Cardozo, 2009).

Durante a ditadura de Stroessner, os elementos associados à cultura indígena — incluindo a língua guarani — foram sistematicamente perseguidos. Nas escolas, nos espaços públicos e nas instituições estatais, o guarani foi marginalizado e, em muitos casos, proibido. A língua indígena passou a ser estigmatizada, tratada como símbolo de atraso e pobreza, o que reforçou a ideia de que sua substituição pelo espanhol seria necessária para alcançar o prestígio social e a ascensão econômica. O guarani, assim, foi relegado ao espaço privado e informal, permanecendo, apesar disso, como língua majoritária entre a população, especialmente nos setores mais pobres e nas áreas rurais.

Esse quadro começou a se modificar apenas com a promulgação da nova Constituição do Paraguai em 1992. No artigo 140 do texto constitucional, o país passou a ser reconhecido oficialmente como uma nação pluricultural e bilingue, estabelecendo o guarani e o espanhol como línguas oficiais. Além disso, o artigo 77 da mesma constituição garantiu que a educação escolar deveria respeitar a língua materna do educando, estabelecendo também a obrigatoriedade do ensino do guarani ao lado do espanhol nas escolas do país. Tais medidas representaram um marco importante na valorização do guarani e no reconhecimento de sua centralidade para a construção da identidade nacional paraguaia.

No entanto, apesar do reconhecimento oficial e das conquistas legais, o desafio de garantir o uso pleno e equitativo do guarani em todos os âmbitos sociais ainda persiste. Passadas quase três décadas da promulgação da Constituição de 1992, ainda se observa uma forte desigualdade no uso das línguas: enquanto o guarani é amplamente falado, seu prestígio institucional e seu uso nas esferas formais — como a mídia, o sistema judiciário e a administração pública — continuam limitados. Isso revela que a oficialização da língua, embora simbólica e juridicamente relevante, não basta para reverter séculos de marginalização. É necessário um esforço contínuo de políticas públicas, formação de professores, produção de material didático bilingue e fortalecimento do guarani como língua de ciência, educação e cidadania.

Essa trajetória mostra que, desde os tempos coloniais até os dias atuais, o guarani tem sobrevivido não apenas pelas estruturas institucionais que o reconheceram, mas, sobretudo, pela resistência cultural protagonizada pelas mulheres, pelas comunidades rurais e pelos povos originários. A história do guarani no Paraguai é, portanto, uma história de resistência silenciosa, de oralidade persistente e de luta por reconhecimento em um país que, apesar de suas contradições, tem no bilinguismo uma de suas marcas mais singulares.

## Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar a permanência da língua guarani no Paraguai, com ênfase no papel das mulheres indígenas em sua preservação e transmissão. A partir de uma abordagem interdisciplinar, amparada em revisão bibliográfica e documental, buscou-se compreender o guarani como um patrimônio vivo, expressão de resistência cultural, espiritual e de gênero.

A análise mostrou que a trajetória dos povos Guarani é profundamente marcada por uma relação espiritual com o território, pela mobilidade e por estratégias contínuas de resistência diante das violências coloniais e estatais.

No centro dessa permanência está a atuação das mulheres indígenas guaranis, principais responsáveis pela transmissão intergeracional da língua, especialmente por meio da oralidade no cotidiano. Mesmo em contextos adversos – como o pós-Guerra do Paraguai – foram elas que sustentaram a vitalidade linguística e cultural, muitas vezes de forma silenciosa e invisibilizada. O estudo evidencia, portanto, que a resistência cotidiana das mães, avós e demais mulheres guaranis é um dos pilares centrais da continuidade do idioma.

Por fim, a permanência do guarani, como se pôde perceber, não diz respeito apenas à manutenção de uma língua, mas à afirmação de uma outra maneira de habitar o mundo — em resistência, em memória e em comunidade. Compreender esse processo exige um olhar atento às experiências concretas das mulheres guaranis, às suas práticas cotidianas de cuidado, transmissão e preservação cultural, muitas vezes invisibilizadas. Ao reconhecer essas trajetórias, torna-se possível ampliar os horizontes das políticas linguísticas e educativas, valorizando saberes enraizados em cosmovisões próprias e modos de vida sustentados por vínculos profundos com a terra, com a palavra e com o coletivo

## Referências

ARGENTINA. **Constitución de la Nación Argentina**. Disponível em: <https://ampf.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Constituicao-da-Argentina-em-Portugues.pdf>. Acesso em 3 jul. 2025.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia**. Disponível em: <http://www.presidencia.gob.bo/download/constitucion.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025

Bonomo, M. et al. (2019). Las poblaciones indígenas prehispánicas del río Paraná Inferior y Medio. **REVISTA DEL MUSEO DE LA PLATA** / 2019, Volumen 4, Número 2: 585-620 / ISSN 2545-6377 / <https://doi.org/10.24215/25456377e089>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 3 jul. 2025.

CARDOZO, E. **Breve Historia del Paraguay**. Asunción: ServiLibro, 2009.

LOPONTE, D. The Guaraní expansion through the Lowlands of South America. **Archaeological and Anthropological Sciences** (2025) <https://doi.org/10.1007/s12520-024-02158-3>

MATEO DEL PINO, Maria de los Ángeles. La creación del lenguaje en la mitología guarani. **Boletín Millares Carlo**, número 12. Artículos de temática filológico-literaria. Las Palmas de la Gran Canaria, 1993 p. 45-51

MELIÁ, Bartomeu. **El guaraní conquistado y reducido**. Asunción: Biblioteca paraguaya de antropología, 1997.

MELIÁ, Bartomeu. **El guaraní dependiente en tiempos de independencia en Paraguay**. Disponível

em <https://journals.openedition.org/jsa/11904?lang=en> Acesso em 18 jun. 2025

MELIA, B ed. **Guarani Continental**: povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. Campo Grande, MS: Equipe Mapa Guarani Continental, 2016.

MERIDA, José Luis Mora. **Historia social del Paraguay - 1600-1650**. Sevilla: Escuela de estudios hispano americanos, 1973.

PARAGUAI. **Constitución de la República del Paraguay**. Disponível em: [https://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic2\\_pry\\_anexo3.pdf](https://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic2_pry_anexo3.pdf). Acesso em: 3 jul. 2025.

PLÁ, Josefina. Español y Guaraní en la intimidad de la cultura paraguaya. In: **Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien**, n°14, 1970. pp. 7-21. Disponível em [http://www.persee.fr/doc/carav\\_0008-0152\\_1970\\_num\\_14\\_1\\_1750](http://www.persee.fr/doc/carav_0008-0152_1970_num_14_1_1750). Acesso em 18 jun. 2025

Recebido em 10 de novembro 2024

Aceito em 30 de janeiro de 2025